

ENTREVISTA COM O GOVERNADOR DO MARANHÃO, FLÁVIO DINO - o Plano de Ações Mais IDH como estratégia para combate à pobreza no Maranhão

Entrevista realizada por Talita Nascimento¹ com o Governador do Maranhão, Flávio Dino², sobre o Plano de Ações Mais IDH, como uma estratégia de combate à pobreza nesse Estado.

Talita Nascimento - É comum encontrar o Estado do Maranhão e muitos de seus municípios nas últimas colocações das estatísticas nacionais, tanto em relação aos denominados indicadores econômicos como sociais. Em termos de renda, por exemplo, os dados do Censo 2010 revelaram que o nosso estado congrega o maior percentual de pessoas extremamente pobres do Brasil: 1,7 milhões de pessoas têm renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,0³ (25,8% da população). Fale um pouco sobre essa questão e sobre os propósitos do Governo para combater esses indicadores negativos.

Flávio Dino - A nossa concepção de desenvolvimento para o Maranhão gira em torno exatamente desse tema. De um lado, temos um Produto Interno Bruto de destaque no país, no entanto essa riqueza não se traduz em condições de vida melhores para a maioria da população. Esse é o resultado de décadas de administrações que apostaram em uma economia de enclave, defendendo que poucos grandes projetos seriam a redenção para o

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2010) e mestrado em Políticas Públicas - UFMA. Atualmente é chefe do Departamento de Estudos Regionais e Setoriais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC. É pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza - GAEPP. É conselheira suplente do Conselho Regional de Economia do Maranhão - CORECON/MA. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Indicadores Socioeconômicos, Economia Maranhense e Pobreza.

² Atual governador do Maranhão, **Flávio Dino de Castro e Costa** é mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Pernambuco, graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. É Advogado e Professor. Foi Juiz e Deputado Federal. Na primeira função, trabalhou na Justiça Federal, participou da investigação de casos importantes como a CPI do Narcotráfico e o reconhecimento da primeira Terra Quilombola do país, o Quilombo de Frechal – em Mirinzal – MA. Participou também do Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e foi presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajufe); assessor do Supremo Tribunal Federal; coordenou os trabalhos da Reforma do Judiciário e foi o primeiro Secretário Nacional do Conselho Nacional de Justiça. Na condição de Deputado Federal, integrou, entre outras, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal e defendeu a Reforma Política. Entre 2011 e 2014, na qualidade de gestor federal, presidiu o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e participou da organização de eventos internacionais realizados no Brasil como a Copa do Mundo de 2014, da Jornada Mundial da Juventude, da Copa das Confederações e do Rio+20.

³ Em 2014, a linha da pobreza passou para o valor R\$ 77,00, devido atualização monetária.

Maranhão. Chegamos a 2015, e vemos que o resultado desse modelo foi a exclusão da maioria dos maranhenses, como os dados do Censo de 2010 apontam, tanto na distribuição de renda, quanto nos índices educacionais e de expectativa de vida.

Na nossa visão, é preciso conjugar PIB e IDH, não separá-los, porque o desenvolvimento só se efetiva quando ele é capaz de transformar a vida das pessoas. Esse é o cerne de ações de Governo que estamos planejando e, várias delas, já executando. É o caso do Plano de Ações Mais IDH, que articula 13 iniciativas de diversas secretarias com foco nos 30 municípios com menor IDH do Estado. São obras e serviços que têm como foco políticas públicas que melhorem os indicadores sociais daqueles municípios, como a melhoria da Educação Pública com o projeto “Escola Digna” que vai substituir as escolas de taipa por prédios de alvenaria, dando aos jovens um ambiente acolhedor para dar os primeiros passos no aprendizado. O programa “Água para todos”, que viabilizará água potável através do sistema simplificado de abastecimento de água, em cada domicílio e construção de kits sanitários para cada domicílio, com vistas à redução dos índices de mortalidade.

Na Saúde, damos atenção especial à atenção básica, prevenindo doenças e atendendo a cinco pontos prioritários: hipertensão, diabetes, atenção infantil, gestantes e hanseníase. No incentivo à produção, vamos implantar os “Sisteminhas” em parceria com a Embrapa, integrando várias culturas de alimentos, como criação de peixes, galinhas, hortas e cultivo de frutas, levando em conta as especificidades de cada área. Esses sistemas têm dado certo em todo o Brasil, gerando alimento para a família e viabilizando a produção familiar para o comércio. Essas e outras iniciativas estão sendo feitas pelo Governo do Estado para atingir a meta de elevar o IDH dos municípios maranhenses, o que significa melhorar a vida dos milhões de maranhenses que estão na ponta mais excluída da atenção do Estado, das políticas públicas e do desenvolvimento. Além disso, estamos implantando uma política de valorização dos servidores públicos, o que ajuda a movimentar a economia, bem como medidas de redução de impostos para micro e pequenas empresas.

Talita Nascimento - O Senhor tem apresentado o Programa de Ações Mais IDH de forma destacada no contexto do seu Plano de Governo. Quais os critérios utilizados para selecionar os 30 municípios que serão beneficiários das medidas propostas nesse Programa?

Flávio Dino - Utilizamos o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), na classificação feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

como critério para a escolha dos municípios que teriam atenção especial do Governo do Estado porque ele possui um complexo de informações sobre a realidade dos municípios que permitem diagnosticar com mais precisão quais as deficiências de cada uma das cidades.

Talita Nascimento - Uma amostra de 30 municípios é muito modesta, tendo em vista que há 158 municípios que se encontram na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano (IDHM de até 0,599) no Maranhão. São municípios que possuem características socioeconômicas muito parecidas. Nesse contexto, com a elevação de IDHM desses 30 municípios selecionados, há uma grande chance dos 30 municípios subsequentes se tornarem os próximos no ranking dos menores IDHM do Brasil. Para evitar que haja essa simples permuta, há uma estratégia de ampliação do MAIS IDH para outros municípios?

Flávio Dino - Sim. Por isso, neste momento, estamos dando prioridade para que os primeiros 30 municípios atendidos desenvolvam tecnologias sociais que sirvam de modelo aos demais, multiplicando a experiência local. Na escolha do IDHM como critério para o Plano de Ações Mais IDH, também tivemos a preocupação de que houvesse a descentralização territorial dos municípios atendidos, pois nosso intuito é que as ações realizadas em cada um deles possam criar uma espécie de sinergia regional que não se limite ao próprio município, mas que impulse iniciativas semelhantes na região. Ou seja, o Governo planeja atuar em duas frentes: tanto mostrando regionalmente que as políticas públicas aplicadas acertadamente são capazes de dar mais dignidade e qualidade de vida à população; quanto, ao final da etapa dos primeiros 30 municípios que demandam ação mais emergencial, ampliar as ações para outros municípios que também possuem indicadores sociais alarmantes.

Para que possamos acompanhar a evolução do Programa a curto e médio prazos, o Instituto Maranhense de Estudos Econômicos, Sociais e Cartográficos tem feito um grande esforço de cruzamento de dados do Censo e que passará a fazer um diagnóstico permanente em cada uma das cidades. Os dados produzidos a partir do esforço do Imesc serão nosso norte nos próximos quatro anos para avaliar onde evoluímos, onde precisamos melhorar e qual o impacto de cada ação – permitindo que as experiências iniciais possam ser replicadas num segundo momento.

Talita Nascimento - Um programa da dimensão do Mais IDH requer um vultoso volume de investimentos. Ao assumir seu mandato, as Secretarias de Estado de Planejamento

e da Fazenda anunciaram, em entrevista, que o Estado estava numa grave situação fiscal: as receitas representavam um pouco mais de 2% do total dos compromissos. Diante desse sensível quadro fiscal, como o seu Governo pretende financiar o Mais IDH?

Flávio Dino - Quando planejamos e demos prioridade à implantação de um programa capaz de diminuir o abismo social existente entre os mais ricos e os mais pobres, inevitavelmente invertemos a lógica dos investimentos dos recursos públicos. Para executá-lo, deixamos de lado muitos gastos desnecessários que eram feitos com os cofres públicos e remanejando recursos oriundos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (Fumacop), do Tesouro Estadual ou parcerias com o Governo Federal, agora dando prioridade a essas políticas sociais que visam enfrentar o problema da desigualdade no Maranhão. Em outras palavras, revemos contratos milionários; estamos pondo fim a terceirizações excessivamente onerosas para o Estado; diminuímos gastos com coisas erradas e imorais e tomamos a decisão de investir fortemente no combate às desigualdades – começando pelas situações mais graves.